

CADERNO

013

24/05/2015

15 Horas



Unimontes

EVOLUINDO O CURSO DA VIDA

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ – MG
- EDITAL 1/2014 -**

ESTE CADERNO DE PROVAS DESTINA-SE AOS CANDIDATOS AO SEGUINTE CARGO:

Procurador Jurídico I

PROVAS DE CONHEC. ESPECÍFICOS E LÍNGUA PORTUGUESA

Ficha de Identificação

NOME:

FUNÇÃO:

Nº INSCRIÇÃO:

Nº DO PRÉDIO:

SALA:

ASSINATURA

COTEC
COMISSÃO
TÉCNICA DE
CONCURSOS

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- 01 - Este caderno contém questões do tipo múltipla escolha.
- 02 - Verifique se o caderno contém falhas: folhas em branco, má impressão, páginas trocadas, numeração errada, etc. Encontrando falhas, levante a mão. O Fiscal o atenderá e trocará o seu caderno.
- 03 - Cada questão tem 4 (quatro) alternativas (A - B - C - D). Apenas 1 (uma) resposta é correta. Não marque mais de uma resposta para a mesma questão, nem deixe nenhuma delas sem resposta. Se isso acontecer, a questão será anulada.
- 04 - Para marcar as respostas, use preferencialmente caneta esferográfica com tinta azul ou preta. **NÃO** utilize caneta com tinta vermelha. Assinale a resposta certa, preenchendo toda a área da bolinha ●.
- 05 - Tenha cuidado na marcação da Folha de Respostas, pois ela não será substituída em hipótese alguma.
- 06 - Confira e assine a Folha de Respostas, antes de entregá-la ao Fiscal. **NA FALTA DA ASSINATURA, A SUA PROVA SERÁ ANULADA.**
- 07 - Não se esqueça de assinar a Lista de Presenças.
- 08 - Após UMA HORA, a partir do início das provas, você poderá retirar-se da sala, SEM levar este caderno.
- 09 - Após DUAS HORAS, a partir do início das provas, você poderá retirar-se da sala, levando este caderno.

DURAÇÃO DESTAS PROVAS: TRÊS HORAS

OBS.: Candidatos com cabelos longos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas durante a realização das provas. É proibido o uso de boné.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Questões numeradas de 01 a 15

QUESTÃO 01

Considere as seguintes proposições:

- I - As autorizações e permissões de uso são atos precários, podendo ser revogados a qualquer tempo pelo poder público, não constituindo direitos reais, motivo pelo qual não são registráveis em Cartório de Registro de Imóveis.
- II - Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião. No entanto, para atenderem à necessidade de desenvolvimento urbano e para regularizar situações jurídicas consolidadas, pode o município conceder anuência para a utilização desses bens, por meio de autorização, permissão ou concessão de uso de bens imóveis.
- III - A concessão de direito real de uso de bem público enquadra-se na categoria de direitos reais, de modo que, para sua constituição, deve ser submetida a registro na matrícula do imóvel correspondente.

Estão **CORRETAS** as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e III, apenas.

QUESTÃO 02

O município “X” adquiriu um bem imóvel em decorrência de uma dação em pagamento e deseja aliená-lo. O procedimento licitatório a ser observado será:

- A) leilão, somente.
- B) concorrência, somente.
- C) leilão ou pregão.
- D) concorrência ou leilão.

QUESTÃO 03

Marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) Para a criação de uma empresa pública ou sociedade de economia mista, o ente federado deverá editar uma lei ordinária específica quanto à matéria, o que quer dizer que o seu conteúdo consiste na autorização para a criação da entidade, estabelecendo diretrizes gerais relativas aos seus fins, competência e estrutura.
- B) A extinção de uma sociedade de economia mista ou de empresa pública é feita pelo executivo e depende de lei autorizadora específica, tal qual a sua criação.
- C) As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm natureza jurídica de direito privado, salvo quando criada por imperativo de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo.
- D) No âmbito federal, a iniciativa para o projeto de lei que cria a empresa pública e a sociedade de economia mista é exclusiva do chefe do executivo, o que, por simetria, deve também ser observado no âmbito dos estados e municípios.

QUESTÃO 04

Quanto ao poder de polícia e procedimento licitatório, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) Nem todos os atos de polícia ostentam os atributos da autoexecutoriedade e da coercibilidade.
- B) A anulação de procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera o dever de indenizar.
- C) O poder de polícia é a faculdade da Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens e atividades coletivas, não adentrando na esfera individual.
- D) Depois de assinado o contrato não se pode mais revogar a licitação. No entanto, a anulação da licitação pode ser feita mesmo depois de assinado o contrato, sendo que a nulidade da licitação implica a nulidade do contrato dela decorrente.

QUESTÃO 05

Marque a alternativa **CORRETA**.

- A) O arresto incide sobre bem determinado, que se encontra em poder da parte requerida e que será disputado na ação principal, fundada em direito real ou em direito pessoal.
- B) O arresto somente pode incidir sobre bens penhoráveis. Nela o credor não disputa a propriedade do bem arrestado, servindo este à garantia do juízo que posteriormente poderá ser levado à hasta pública.
- C) As cautelares típicas dependem de justificação prévia, ainda que requerida pela União, Estado, DF ou Município.
- D) A ação cautelar tem natureza incidental, sendo necessária a ação principal. A competência para apreciar a medida é do juiz da causa principal, salvo se os autos se encontrarem no tribunal.

QUESTÃO 06

Quanto a conexão, é **CORRETO** afirmar:

- A) A conexão objetiva reunir demandas em um único juízo, evitando decisões díspares. É critério de modificação de competência relativa.
- B) Os processos serão reunidos ainda que um dos feitos tenha sido julgado.
- C) A conexão pode ser alegada em preliminar de contestação ou através de exceção.
- D) Se o juiz for de competência territorial diversa, será competente o que primeiro despachar.

QUESTÃO 07

Quanto à estabilização da demanda, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) Após a citação pode haver alteração de elemento objetivo da demanda desde que com anuência do réu.
- B) Pode haver alteração de elemento objetivo da demanda até o saneamento.
- C) Não há estabilização da prova, podendo o juiz determinar prova de ofício por entendê-la imprescindível.
- D) A estabilização da demanda torna imodificável as partes – salvo as substituições permitidas por lei –, o pedido e a causa de pedir e se dá com a prolação da sentença.

QUESTÃO 08

Julgue as afirmativas abaixo:

- I - A taxa cobrada exclusivamente em razão de serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis viola a Constituição por não se tratar de serviços públicos específicos e divisíveis.
- II - É admissível que as Certidões de Dívida Ativa – CDA – sejam encaminhadas ao Tabelionato de Protesto.
- III - É inconstitucional a incidência de ISS sobre a operação de bens móveis.

Estão **CORRETAS** as afirmativas

- A) II e III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III.
- D) I e II, apenas.

QUESTÃO 09

Julgue as afirmativas abaixo:

- I - A sociedade de economia mista e a empresa pública são imunes ao pagamento de IPTU em virtude da imunidade tributária recíproca, que veda à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios a cobrança de impostos uns dos outros.
- II - A lei nova que fixar a base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial urbana – IPTU – não se submete ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- III - As contribuições sociais são instituídas por lei federal, sendo exclusiva da União a competência para cobrá-las.

Está **CORRETA** a afirmativa

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) II, apenas.
- D) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 10

As proposições abaixo correspondem aos limites constitucionais ao poder reformador.

- I - A Constituição não poderá ser reformada na vigência de intervenção federal.
- II - A Emenda à Constituição será promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- III - Não se admite emenda constitucional que restrinja direitos fundamentais.
- IV - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de estado e a separação dos poderes.
- V - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

São limites constitucionais ao poder constituinte reformador, na seguinte ordem:

- A) Limites material, formal, material, circunstancial, circunstancial.
- B) Limites formal, circunstancial, material, material e circunstancial.
- C) Limites circunstancial, material, formal, formal e material.
- D) Limites circunstancial, formal, material, material, formal.

QUESTÃO 11

É competência do município, **EXCETO**

- A) Organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo municipal, que tem caráter essencial.
- B) Prestar, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde.
- C) Promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- D) Fixar horário bancário para atendimento ao público.

QUESTÃO 12

São características do nosso modelo federativo, **EXCETO**

- A) Pautado no modelo tricotômico.
- B) Existência de mecanismos de segurança contra ameaças sistêmicas – intervenção federal.
- C) Existência de um órgão que manifeste a vontade dos entes federados – Câmara dos Deputados.
- D) Constituição rígida que garante que a distribuição do poder prevista constitucionalmente – repartição de competências – não sofra modificações por lei ordinária ou similar.

QUESTÃO 13

Analise as seguintes proposições:

- I - A perda dos direitos políticos, entendida como a retirada arbitrária desses direitos, é vedada pela Constituição Federal. No entanto, admite-se a cassação e a suspensão dos direitos políticos.
- II - A lei que altera o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, mas os seus efeitos não se aplicam à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- III - É causa de suspensão dos direitos políticos: improbidade administrativa, incapacidade civil absoluta e condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Estão **CORRETAS** as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 14

Marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) O princípio da função social do contrato só legitima e protege contratos que objetivam trocas úteis, justas e não prejudiciais ao interesse coletivo.
- B) O princípio da função social do contrato é cláusula geral, portanto de ordem pública. No entanto, o juiz só pode aplicá-lo a requerimento da parte, sendo vedado o seu reconhecimento de ofício.
- C) A noção de utilidade do contrato hoje é mais ampla que no passado. Além de atender o interesse das partes, deve também ser útil e não prejudicial a toda coletividade. Sua diretriz é a socialidade do atual Código Civil que, traduzida para o plano contratual, impõe que o contrato seja instrumento adequado ao convívio social.
- D) O Código Civil admite a celebração de contrato consigo mesmo, desde que a lei ou representante autorizem a sua realização. Sem observância dessa condição, o contrato é inválido.

QUESTÃO 15

Marque a alternativa **CORRETA**.

O funcionário público que contribui para a prática de apropriação de dinheiro público, na forma culposa, e depois repara o dano antes mesmo de ser julgado:

- A) Terá sua pena reduzida à metade.
- B) Terá sua pena reduzida a um terço.
- C) Será beneficiado pela escusa absolutória.
- D) Terá extinta a punibilidade.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Questões numeradas de 16 a 25

Leia atentamente o texto abaixo para responder às questões que se seguem.

E agora, Joaquim?

1 “Há terríveis mentiras circulando o mundo, e o pior é que metade delas é verdade.”(Winston Churchill)

Em conversas reservadas, o novo ministro da Fazenda disse a interlocutores que encontrou as contas públicas em situação pior do que esperava. Como no poema de Carlos Drummond de Andrade, no qual ele 5 faz tantas indagações a José, mostrando sua visão pessimista do cotidiano, chegou a hora de perguntarmos àquele que vai tomar as rédeas de nossa economia: e agora, Joaquim? O que fazer com a fraqueza da economia mundial atrelada à deterioração de nossa situação fiscal, conjugada com o pífio crescimento e com a inflação bastante pressionada? Será que a presidente, que tanto zombou dos eleitores no processo eleitoral, está consciente de que a festa acabou? O nosso déficit nominal em relação ao PIB já ultrapassou 10 5% nos últimos 12 meses, e a crise russa pode vir a representar uma ameaça de contágio, caso gere pânico no mercado. Com a recuperação da economia norte-americana, a tendência, nesse caso, seria estimular os investidores a buscarem a solidez do dólar, em detrimento de outras moedas, principalmente do real. Se isso acontecer em larga escala, três consequências serão sentidas de imediato: o câmbio foge do controle, os juros se elevam, e o endividamento interno e externo vira uma bola de neve. Como diria Carlos Drummond 15 de Andrade, não veio a utopia, e tudo acabou, e tudo fugiu, e tudo mofou. E agora, Joaquim? É óbvio que o pior da crise ainda não passou. Talvez não tenha, sequer, chegado.

Haverá pressão de custos a exemplo da energia elétrica – que já subiu, e vai subir muito mais –, sem falar em outros preços administrados, como tarifas de ônibus, derivados do petróleo e, agora, até da água, provocando reação em cadeia. Corrigir os rumos que a ausência de lógica, praticada por Guido Mantega e 20 sua equipe, impôs – como fruto de sua subserviência nata e hereditária – ao nosso ordenamento econômico, não vai ser tarefa fácil. Aliás, a postura adequada para se enfrentar o que vem por aí requer independência dos formuladores do planejamento estratégico, para desasnar distorções de toda ordem, provocadas pelo amorosismo e pela letargia da equipe que se despediu.

Joaquim Levy, ao contrário, tem credibilidade, competência, coragem e independência para enfrentar 25 os desafios e assumir responsabilidades. É inadmissível pensar que ele possa, a exemplo de seu antecessor, ser monitorado e/ou cooptado para amaciar a base de sustentação do governo, cuja capacidade de barganha foi dimensionada no famigerado toma lá, dá cá, de final de ano, quando a contabilidade criativa atingiu o paroxismo, para que as contas do governo pudessem ser fechadas. É bem provável que ele reintroduza um conceito velho, mas atual, de forma bem perceptível ao povo brasileiro: o do *trade-off*, que se caracteriza 30 por uma ação econômica que visa à resolução de problema, mas acarreta outro, obrigando o decisor a um dilema bem ao estilo da Escolha de Sofia. Ocorre quando se abre mão de algum bem ou serviço distinto para se obter outro bem ou serviço, igualmente distinto.

E é inegável que esse *trade-off* deva sempre ser bem explicado. Por exemplo: a inflação dificilmente ficará no centro da meta nos dois próximos anos. O Brasil depende de importações, e o dólar valorizado 35 acentuará a inflação, ainda que possa atuar como incentivo aos exportadores. Como nenhum compromisso assumido na campanha tem mais valor, que tal acelerar o projeto que atualiza a CLT, já que o modelo sindical brasileiro é arcaico e inconveniente, pois não permite que os sindicatos negociem diretamente por empresa, mas por categoria? Outra grande tarefa do ministro será convencer os brasileiros de que é necessária uma política fiscal à longo prazo, austera o suficiente para aumentar a poupança pública. Não 40 vejo como o Brasil possa crescer a taxa próxima de 5% ao ano, sem que a poupança interna esteja em torno de 23% do PIB, e a externa girando ao redor de 2%. E agora, Joaquim? Com a chave na mão quer abrir a porta, não existe porta; Joaquim, e agora?

(GOMES, Wagner. E agora, Joaquim? **Revista Viver**. p. 46. 6 de fevereiro de 2015.)

QUESTÃO 16

Para construir a sua argumentação, o autor usa vários recursos discursivos. Entre esses recursos **NÃO** se encontra:

- A) Citação direta.
- B) Citação indireta.
- C) Provérbios.
- D) Dados estatísticos.

QUESTÃO 17

Entre os tipos de linguagem usados ao longo do texto, **NÃO** se encontra:

- A) linguagem conotativa.
- B) linguagem não verbal.
- C) linguagem denotativa.
- D) linguagem subjetiva.

QUESTÃO 18

O itálico usado no termo *trade-off*, assinala emprego de

- A) neologismo.
- B) ironia.
- C) citação direta.
- D) estrangeirismo.

QUESTÃO 19

Em todas as alternativas, verifica-se o uso de linguagem metafórica, **EXCETO** em

- A) “... o endividamento interno e externo vira uma bola de neve...” (Linha 14)
- B) “E agora, Joaquim? Com a chave na mão quer abrir a porta...” (Linhas 41-42)
- C) “... não existe porta; Joaquim, e agora?” (Linha 42)
- D) “O nosso déficit nominal em relação ao PIB já ultrapassou 5% nos últimos 12 meses...” (Linhas 9-10)

QUESTÃO 20

De acordo com o texto, todas as afirmativas estão corretas, **EXCETO**

- A) O governo não se preocupa em cumprir as promessas feitas em campanha.
- B) A crise econômica atual deve-se, entre outros fatores, à postura da equipe econômica do governo anterior.
- C) Não há motivos para acreditar no atual ministro da Fazenda.
- D) Pela metáfora “não existe porta”, no final do texto, infere-se que o autor não vislumbra uma solução para a crise econômica do Brasil.

QUESTÃO 21

Ao usar o nome “Joaquim”, no título e ao longo do texto, o autor faz referência ao

- A) ministro da Fazenda do governo atual.
- B) cidadão brasileiro comum, que sofre com a crise econômica.
- C) personagem fictício criado pelo poeta Carlos D. de Andrade.
- D) ministro da Fazenda do governo anterior.

QUESTÃO 22

Através de seus argumentos sobre a atual situação econômica do Brasil, o escritor revela-se:

- A) esperançoso, mas realista.
- B) crítico e pessimista.
- C) confiante e otimista.
- D) otimista, porém realista.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa em que as vírgulas foram usadas, obrigatoriamente, para separar um vocativo.

- A) “Como no poema de Carlos Drummond de Andrade, no qual ele faz tantas indagações a José, mostrando sua visão pessimista do cotidiano...” (Linhas 4-5)
- B) “Joaquim Levy, ao contrário, tem credibilidade, competência, coragem e independência...” (Linha 24)
- C) “E agora, Joaquim? Com a chave na mão quer abrir a porta, não existe porta; Joaquim, e agora?” (Linhas 41-42)
- D) “Como diria Carlos Drummond de Andrade, não veio a utopia, e tudo acabou...” (linha 14-15)

QUESTÃO 24

Considere as palavras negritadas no trecho: “**Aliás**, a postura adequada para se enfrentar o que vem por **aí** requer **independência** dos formuladores do planejamento **estratégico**, para desasnar distorções de toda ordem, provocadas pelo amorismo e pela letargia da equipe que se despediu.” (Linhas 21-23)

Em relação à acentuação gráfica dessas palavras, é correto afirmar, **EXCETO**

- A) As palavras ‘estratégico’ e ‘independência’ são acentuadas obedecendo-se à mesma regra de acentuação.
- B) A palavra ‘Aliás’ é acentuada por ser oxítone terminada em a(s).
- C) A palavra ‘aí’ é acentuada por ser o ‘í’ a segunda vogal tônica do hiato.
- D) Todas são acentuadas graficamente obedecendo-se à mesma regra de acentuação.

QUESTÃO 25

Considere o uso do sinal indicativo de crase no seguinte trecho: “O que fazer com a fraqueza da economia mundial atrelada à deterioração de nossa situação fiscal...” (Linhas 6-7)

Em relação a esse uso, é **CORRETO** afirmar:

- A) Ocorre devido à contração da preposição ‘a’ e o artigo feminino ‘a’.
- B) Ocorre porque se verifica a presença de locução prepositiva feminina.
- C) É facultativo, já que não há fator que motiva a fusão de ‘a’+ ‘a’.
- D) É obrigatório, uma vez que se verifica a presença de locução adverbial feminina.